

**Movimentos Sociais, Partidos Políticos e Ações Coletivas:
entrevista ao professor e pesquisador Dr. *Nildo Viana***

Entrevista realizada por Cristiano das Neves Bodart¹

Nildo Viana é graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás (1992), mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás (1995), Mestre em Sociologia pela Universidade de Brasília (1999) e doutor em Sociologia por essa mesma universidade. Atualmente é professor da Universidade Federal de Goiás. Autor de diversos livros e artigos em revistas especializadas e coordenador da Coleção Biblioteca Universitária Autêntica, Série Ciências Sociais, da Editora Autêntica, tendo se destacado como um dos principais contemporâneos brasileiros estudiosos do marxismo.

Café com Sociologia: Professor, primeiramente gostaria de agradecer pela participação, como entrevistado, na Revista Café com Sociologia, a qual, certamente, vem a colaborar para as discussões propostas pelo periódico. Para iniciar nossa entrevista, o senhor poderia nos dizer o que o levou a se debruçar sobre a teoria marxista?

Nildo Viana: Eu que agradeço a consideração e a oportunidade de poder estar participando de uma entrevista para esta revista inovadora que vem se tornando uma referência nas reflexões sociológicas em nosso país. A questão do marxismo e meu interesse por ele têm a ver com a minha história de vida. Em primeiro lugar, minha origem de classe, numa situação inferior ao do proletariado, o que, evidentemente, gerou obstáculos, valores, interesses, etc. Em segundo lugar, os valores e concepções que fui construindo a partir dessa situação de classe e de outras características peculiares, constituindo minha singularidade psíquica (como indivíduo singular, assim como são todos os indivíduos), sendo que antes de conhecer o pensamento de Marx e outros marxistas, era um humanista abstrato, ou seja, partia de uma concepção equivalente à ideia rousseaniana do ser humano como bom por natureza, sem distinções (tal como a de classe). Isso gerou minha preocupação com os chamados “problemas sociais”, o que também me levou ao curso de Ciências Sociais. Ao entrar na universidade tive contato mais profundo com as ideias de alguns pensadores, tal como Marx, autor que eu já tinha noções introdutórias como autodidata. Na universidade, a partir de 1988, acabei encontrando uma resistência muito forte ao marxismo e minhas leituras e concepções iniciais apontavam para certos autores marxistas e anarquistas, sendo que Erich Fromm, Rosa Luxemburgo,

¹ Doutorando em Sociologia pela Universidade de São Paulo/USP.

Daniel Guérin, além do próprio Marx, me pareciam ser aqueles que melhor ajudavam a compreender a realidade social. Eu não me dizia marxista, mas a recusa na academia era tão grande que acabei, depois de certa resistência, me declarando dessa forma. Eu poderia dizer, de forma bem humorada, que foi uma negação da negação. Fui ampliando minhas leituras dos autores que citei anteriormente e acrescentando Maurício Tragtenberg, Makhaïsky, Korsch, Bloch, entre outros e depois conheci a tendência chamada comunismo de conselhos (Pannekoek, Gorter, Rühle, Mattick, entre outros), além das leituras sociológicas, da antropologia, ciência política, psicologia, história. Nessa época eu estava buscando respostas para minhas inquietações com as questões sociais e também sobre questões políticas, já que estava atuando no movimento estudantil e tinha debates com militantes dos partidos ditos de “esquerda” (e a prática desenvolvida por eles serviu para eu me afastar cada vez mais deles), o que me fez ler autores que discordava para poder refutá-los, como Lênin, Gramsci e Lukács. No plano do estudo e produção intelectual, isso foi fundamental, pois além das leituras obrigatórias do curso, eu fazia muita leitura independente e externa à grade curricular, e também buscava ler autores de diversas outras concepções. Em síntese, nesse processo aprofundi a leitura de Marx e de muitos autores que se baseavam nele e isso acabou me proporcionando um aprofundamento, ou seja, a razão de dedicar ao estudo do marxismo foi por causa de meus valores e posição humanista, aliado com preocupação com questões sociais e a necessidade política de atuação no movimento estudantil e prática política que fui desenvolvendo para além deste. O pensamento de Marx, bem como de diversos autores marxistas, me parecia fundamental para explicar a sociedade em que vivemos. Além do materialismo histórico-dialético, um poderoso instrumento teórico-metodológico, a teoria do capitalismo e das lutas de classes, bem como da revolução proletária, eram essenciais para compreender a realidade social. Ao contrário de muitas pessoas, minha relação com a teoria nunca foi distante e apenas algo para ler e usar no estudo ou profissão e depois esquecer, era algo que tinha um significado fundamental para refletir sobre a sociedade e para encaminhar a ação política. Os processos políticos e sociais se tornavam inteligíveis a partir da teoria marxista. Isso não quer dizer que explicava tudo, mas que era fundamental para entender o capitalismo e sua dinâmica, e por isso precisava ser atualizado e desenvolvido, inclusive para abarcar as mudanças históricas da sociedade capitalista. Para isso, era necessário ir direto à realidade (ao invés de pensá-la através das ideologias, que também eram consultadas, mas jamais vistas como substitutas do real ou como verdadeiras) e ampliar a pesquisa, o que me levou também a aprofundar o estudo da psicanálise (já tinha leitura de Fromm, mas depois passei a estudar, além de outras obras dele, Freud, Reich, Schneider, entre outros

psicanalistas, especialmente o conjunto do que foi chamado “freudo-marxismo”), pois haviam elementos que a teoria de Marx não abordava e havia uma lacuna no marxismo, que tornava necessário analisar outras contribuições. Assim, fui me dedicando a aprofundar no pensamento de Marx, inclusive devido às interpretações problemáticas, ir à fonte, e depois ler diversos outros. Esse foi um exercício constante e fundamental: leitura rigorosa dos escritos de Marx e comparação com o que os supostos marxistas interpretavam, o que me possibilitou uma ampla percepção do marxismo e de sua história, tendências, derivações e deformações. Ao terminar a graduação, ocorreu um processo de aprofundamento das leituras e pesquisas, sempre retomando o marxismo e buscando ampliar inclusive o seu conhecimento, o que me levou a ter contato com diversos outros autores, contemporâneos e do passado.

Café com Sociologia: Os movimentos sociais de esquerda, durante os anos de 1980, buscaram uma proximidade com o Estado, sobretudo na esfera local. A partir desse mesmo período dar-se início a experiências de participação social na gestão pública, tais como os conselhos e o orçamento participativo. Qual teria sido o papel dos movimentos sociais na construção dessas arenas de participação naquele momento de democratização?

Nildo Viana: A questão dos movimentos sociais requer uma periodização e essa, no Brasil, tem uma especificidade. Sendo assim, houve um momento que foi o período de contestação do regime militar, principalmente no final da década de 1970, no qual havia maior autonomia dos mesmos e uma relação mais conflituosa com o Estado. A transição para o regime democrático promoveu alterações e a aproximação, inclusive aparelhamento em alguns casos, entre movimentos sociais e partidos políticos, especialmente os de “esquerda”, o que já existia antes de forma menos forte e evidente (isso por causa da clandestinidade que tais partidos eram obrigados devido à da ditadura). O Partido dos Trabalhadores (PT), acabou tendo uma grande influência nos movimentos sociais a partir de então, bem como o Partido Comunista do Brasil (PC do B), entre outros com menor projeção. O primeiro contava com maior força em certos movimentos sociais, devido sua ascensão com o movimento grevista em São Paulo e criação do “novo sindicalismo” e que conseguia influenciar alguns movimentos sociais, principalmente organizações. O PC do B já tinha menor inserção e sua força maior era concentrada em alguns movimentos, especialmente o estudantil. Isso ocorreu até o momento em que o PT chegou ao governo, pois aí os movimentos sociais já hegemonizados por ele e seu aliado, o PC do B, passaram a ser correias de transmissão não só do partido como também do governo, numa clara política de cooptação que significou manter o que já tinha, mas com

suas políticas moderadas e “neoliberais de esquerda” aglutinar setores mais conservadores dos movimentos sociais. É preciso deixar claro que, tal como coloquei no meu livro *O Capitalismo na Era da Acumulação Integral*, que neoliberalismo não é um modelo único e nem a aplicação de ideologias (de qualquer uma das escolas neoliberais) e sim uma forma assumida pelo Estado capitalista na contemporaneidade de acordo com as necessidades do novo regime de acumulação, tendo algumas características essenciais e que o definem (um estado “mínimo e forte”, ou seja, que restringe seus gastos, especialmente com políticas sociais, e repressivo, corrosão dos direitos trabalhistas como apoio para a reestruturação produtiva e aumento da exploração dos trabalhadores, entre outras) mas assumindo formas distintas em países e situações distintas. No caso brasileiro, seria um neoliberalismo de esquerda por efetivar políticas neoliberais aliado a um neopopulismo e assistencialismo e políticas de cooptação de determinados setores da sociedade. Isso provocou um recuo geral dos movimentos sociais no sentido político, tornando-se hegemônico quase que absolutamente pela burguesia e burocracia, e inclusive as políticas sociais setoriais e a ideologia (pós-estruturalista e neoliberal) que as legitimam, acabam gerando setores nos movimentos sociais que acabam regredindo política e teoricamente, abrindo espaço para racismo, sexismo e outras formas de discriminação às avessas (ou seja, do negro contra o branco, a mulher contra o homem, não devido as relações sociais concretas de opressão, racismo, mas essencializando a questão e querendo, inclusive, silenciar os “brancos”, “homens”, etc. por serem o que são, ou seja, pela raça, sexo, e não por suas posições, interesses, relações sociais). Assim, nesse contexto e periodização, podemos colocar que os movimentos sociais sempre tiveram, em seu interior, tendências revolucionárias e radicais, bem como reformistas e conservadores (variando de acordo com o movimento social específico). No final da década de 1970, os movimentos sociais possuíam em seu interior uma grande força dessas tendências revolucionárias ou radicais, inclusive devido ao caráter ditatorial do Estado e enfraquecimento da sociedade civil organizada, e contribuíram de forma intensa com o processo de redemocratização, pois era um momento de muitas lutas de trabalhadores, no qual o movimento operário vai desenvolver uma radicalidade, especialmente no caso das greves de maio de 1978, com a formação de conselhos de fábrica, bem como associações de bairros que proliferaram e tiveram um papel importante, assim como diversas categorias profissionais, como professores, por exemplo, e movimento negro, estudantil, movimentos sociais urbanos, que também contribuíram nesse processo, ao lado das Comunidades Eclesiais de Base e outras organizações da sociedade civil. Eu diria que as lutas operárias e os movimentos sociais que forçaram a transição para o regime democrático e, por

consequente, que estes últimos tiveram um papel de suma importância nesse momento histórico. Nesse sentido, as tendências revolucionárias e radicais nos movimentos sociais foram importantes antes e no processo de redemocratização, perderam força no período posterior e principalmente com a emergência do Governo Lula. Agora começam a se fortalecer novamente e podem ganhar maior espaço e contribuir com as novas lutas que tendem a ocorrer a partir de agora.

Café com Sociologia: De que forma a regressão política e teórica dos movimentos sociais abre espaço para o racismo, sexismo e outras formas de discriminação?. Poderia esclarecer melhor esse sua posição?

Nildo Viana: Os movimentos sociais possuem, no seu interior, várias tendências, e algumas delas estão sob hegemonia burguesa e isso pode gerar uma regressão teórica e política, o que vem efetivamente ocorrendo desde a instauração no regime de acumulação integral, nova fase do capitalismo que se inicia nos anos 1980. As tendências conservadoras dos movimentos sociais – por mais que aparentem ser “modernas” e “críticas” – realizam um combate permanente contra o marxismo. Isso é feito sob três formas, que são complementares: 1) a forma metodológica, que se caracteriza pela recusa da totalidade (o que é expresso na ideologia pós-estruturalista, sob variadas formas, como, por exemplo, na obra de Lyotard contra as “metanarrativas”); 2) a forma teórica (na verdade, ideológica), que é a recusa de análise e inserção da questão no contexto da sociedade capitalista (o isolamento das lutas específicas, como no caso da “microfísica do poder” de Foucault e “revolução molecular”, de Guattari, para ficar em apenas dois exemplos); e 3) a forma política, apontando para a criação de identidades essencializadas e um microrreformismo que não ultrapassa o nível das lutas por vantagens competitivas dentro do capitalismo (o que está de acordo com as políticas sociais setoriais neoliberais). Esses elementos tem como consequência um processo de isolamento das lutas, na qual cada um, segundo receituário foucaultiano, efetiva sua própria luta, “sem porta-vozes”, tal como os loucos no hospício, os pacientes nos hospitais, etc. A ideologia do gênero, por exemplo, bebe nessa fonte e isola as chamadas “relações de gênero” do resto da sociedade e dos demais processos sociais, como exploração de classe, mercantilização, etc. Assim, emerge algo denominado “dominação masculina” (ou “machismo”), sem história e sem processo social. Nesse contexto, cria-se uma oposição entre mulheres e homens fora do conjunto das relações sociais e isso gera uma essencialização dos homens, que passam a ser vistos como inimigos a serem combatidos e que não podem se

manifestar sobre a opressão da mulher, nem mesmo para apoiar as lutas femininas. Muitas mulheres lendo esta entrevista, diriam que nada do que eu disse tem valor, pois eu sou homem (e, algumas acrescentariam: branco, heterossexual, de “classe média”...). Logo, a questão da opressão da mulher deixa de ser social e histórica e voltamos às raízes da discriminação social, só que agora invertida: ao invés da ideologia burguesa da inferioridade da mulher (e do negro, para citar outro exemplo), de caráter essencialista (as mulheres são inferiores, segundo tais ideologias, por “natureza”, seja biológica ou qualquer outra), temos a ideologia burguesa da maldade inata dos homens e por isso estes, independente do que dizem e são, assim como de pertencimento de classe, raça, etc., são, por “natureza”, opressores. O mesmo ocorre com setores do movimento negro que falam de “dominação branca”. Desta forma, as ideologias burguesas sexistas e racistas agora ganham nova roupagem e invertem o processo, pois onde estava “bom” agora está “mau” e vice-versa. Isso mantém semelhanças com o fascismo, que manipula os sentimentos (e ressentimentos) para gerar ódio e inimigos imaginários. Geralmente as ideologias burguesas geravam esses processos contra determinados grupos (como judeus, homossexuais, etc.) e essa nova versão agora atua contra grupos considerados não oprimidos (homens, brancos, etc.). Se o essencialismo foi combatido pelo feminismo do passado, agora é recuperado e invertido pelo feminismo pós-estruturalista. Isso tem algumas consequências, como gerar a tendência oposta, ou seja, reforçar as ideologias burguesas conservadoras (o racismo branco, o sexismo masculino, etc.). A expansão do “masculinismo” nos anos 1990 é um exemplo disso. O fascismo tradicional, sexista e racista, também tende a crescer tendo em vista a crise do capitalismo e a reação a essas novas ideologias. É uma bola de neve. Outro efeito disso é dividir as classes exploradas e colocar as lutas femininas e raciais como acima, separada e isolada da luta de classes. Isso se torna grave em determinados casos de uso oportunistas dessas concepções pela esquerda partidária, bem como por pessoas vítimas de opressão que acabam canalizando seu ódio e ressentimento para homens, brancos, etc., indistintamente. A razão é ofuscada, bem como a comunicação que lhe pressupõe, o que abre a possibilidade de manipulação dos sentimentos. Nesse sentido, as conquistas da produção das ciências humanas, por mais limitadas que foram, e do marxismo, se perdem. O irracionalismo, uma das marcas do pós-estruturalismo, a recusa da totalidade, a ideologia neoliberal com seu neoindividualismo mercantil, são as fontes ideológicas desses posicionamentos que também aglutinam pessoas bem intencionadas e sinceras em suas ações e concepções, mas que não percebem que se trata de um ardil para reproduzir o que se quer combater, graças à força das ideologias vigentes e hegemonia burguesa.

Café com Sociologia: Professor, é notório a importância dos partidos de esquerda no Brasil para a criação e fortalecimento dos movimentos sociais nos anos de 1980. Atualmente, qual sua leitura da relação atual entre partidos políticos e movimentos sociais? Os movimentos sociais de esquerda continuam desempenhando um papel importante na mobilização dos movimentos sociais e de participação social na gestão pública?

Nildo Viana: Eu tenho uma concepção diferente a este respeito. Eu considero que os partidos políticos chamados de “esquerda” são muito mais um obstáculo do que elemento que contribui com os movimentos sociais. Os movimentos sociais existem independentemente dos partidos políticos e o que existia na sociedade civil no Brasil nos anos 1970 até o seu final de resistência estavam neles e no movimento operário (eu faço distinção entre movimento de classe e movimentos sociais, por isso coloco separado). Assim, o que ocorreu foi o contrário: foram as lutas do movimento operário e dos movimentos sociais que possibilitaram a criação ou legalização dos chamados partidos de esquerda. A esquerda partidária emerge graças a tais lutas e buscando controlá-las ao invés de desenvolvê-las. Esse é o caso do PT, que emergiu a partir dos movimentos sociais e, principalmente, do movimento operário. No entanto, a posição do PT diante do movimento operário nesse momento foi de tutela e paternalismo numa perspectiva socialdemocrata (que era e sempre foi a tendência majoritária e hegemônica no partido, apesar de existirem tendências mais a esquerda no interior do partido e que foram saindo ou sendo expulsas e formando a maioria dos demais partidos considerados de esquerda hoje) e que vem tendo um deslocamento paulatino para posições cada vez mais conservadoras. O PT incorporou o discurso do “novo sindicalismo” e combateu o que era chamado de sindicalismo pelego, mas sua posição era contrária, por exemplo, aos conselhos de fábrica, formas de auto-organização dos trabalhadores que se matinha autônoma diante dos partidos. Lula, em entrevista nessa época, para sustentar o “novo sindicalismo” que vai culminar na Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a primazia da nova burocracia sindical emergente, chamou os conselhos de fábrica de “sindicatinhos” e os combateu. O que o PT e os demais partidos da suposta esquerda fizeram é aplicar na prática o que Stálin escreveu no seu livro *Os Fundamentos do Leninismo*: os movimentos sociais devem ser correias de transmissão do partido. O que a esquerda partidária faz é uma eterna disputa sobre qual partido vai aparelhar determinado movimento social ou setor dele. Na atualidade, esse processo continua o mesmo, com a diferença de que alguns destes partidos chegaram ao governo e passaram a ter uma hegemonia muito forte nos movimentos sociais, fazendo grande parte de setores internos deles de correias de transmissão do governo. Isso fez com que os

movimentos sociais, em sua maioria e em suas tendências hegemônicas, perdessem radicalidade, capacidade reivindicativa e de contestação e mobilização social. Um exemplo pode esclarecer isso. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que era combativo quando o PT, que tem hegemonia no mesmo, era oposição, colocando na agenda pública, inclusive dos meios oligopolistas de comunicação, a necessidade da reforma agrária, simplesmente desapareceu do cenário político e junto com ele essa reivindicação básica para a população rural. A esquerda partidária fora do governo ou assume um mimetismo do PT em pequena escala ou fica presa nos esquemas tradicionais do leninismo, seja com complemento trotskista ou gramsciano, não oferecendo nenhuma contribuição real para romper com esse processo de cooptação e incentivar a autonomização dos movimentos sociais. Contudo, existe uma esquerda não-partidária e aí a relação com os movimentos sociais é outra. A esquerda não-partidária vem se fortalecendo com as dificuldades de reprodução do regime de acumulação integral, que é a forma assumida pela acumulação capitalista na contemporaneidade, especialmente no final dos anos 1990 e na década seguinte até hoje, e que teve momentos de manifestação no caso mexicano e argentino (com destaque para o movimento piqueteiro), bem como com a emergência do chamado “movimento antiglobalização”, que, apesar de suas ambiguidades e tendências distintas, foi um momento marcado por continuidade do que já existia, mas também de retomada e emergência de novas tendências e possibilidades, com um progressivo fortalecimento das tendências anarquistas, autonomistas e autogestionárias, que ao contrário da esquerda partidária, não visa aparelhar os movimentos sociais. Depois disso houve um certo processo de retomada de lutas localizadas que muitas vezes dificultou a articulação e formação de processos mais amplos de luta, mas que nem por isso retira sua importância. É o caso da ação da esquerda não-partidária em comunidades e bairros, bem como incentivo para movimentos mais amplos, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD). Um novo momento emergiu a partir das manifestações de maio e junho de 2013, no qual as tendências revolucionárias e radicais ganharam maior importância e isso teve repercussão no movimento estudantil e outros movimentos sociais. E isso vem ganhando uma força crescente, o que é reforçado pela crise de legitimidade do Estado capitalista, da democracia representativa e dos partidos políticos. O último processo eleitoral amenizou parcialmente (o número de votos nulos, abstenções e voto em branco chegou a mais de 30 milhões de pessoas e é expressão das tendências da esquerda não-partidária ou do descontentamento popular) a tendência de radicalização existente na sociedade civil, mas como as contradições se avolumam, os problemas sociais não foram resolvidos, ou seja, a

razão de seu desencadeamento permanece, e há uma tendência de dificuldade crescente no desenvolvimento do capital (eufemisticamente chamado de “crescimento econômico”), então a possibilidade tendencial é de ressurgimento e fortalecimento desse processo novamente e provavelmente com mais força. Quanto à participação social na gestão pública, ela discursivamente é incentivada, mas na prática é obstaculizada pelo governo e não há um forte movimento nesse sentido, pois a política de cooptação já contempla os setores mais burocratizados e conservadores dos movimentos sociais e os setores mais radicais não tem tal interesse. E com o processo de dificuldade na acumulação capitalista, a tendência é haver um endurecimento do governo e menor participação ainda da população em processos políticos e mais distante ainda de participação em gestão pública, a não ser sob a forma decorativa para legitimar as ações estatais.

Café com Sociologia: Nos anos de 1990, os estudos dos movimentos sociais tradicionais parecem ter perdido fôlego e dado, em certa medida, lugar aos estudos de ações coletivas locais, tais como a participação social em Conselhos Estaduais e Municipais e Orçamentos Participativos. As manifestações recentes podem remodelar o foco dos estudos retomando-os aos estudos de ação coletiva e movimentos sociais? Em outras palavras, poderia o foco dos estudos deixar de ser a sociedade civil para ser, novamente, os movimentos sociais?

Nildo Viana: Eu considero que vem ocorrendo um processo de burocratização e mercantilização crescente dos movimentos sociais e que este se intensificou a partir dos anos 1990 e principalmente a partir da década seguinte. Ao lado disso, a emergência de governos petistas a nível estadual e municipal, gerando os chamados “orçamentos participativos”, entre outras iniciativas, bem como as políticas de pesquisa dos governos Lula e Dilma, acabou gerando alterações nas análises e pesquisas sobre movimentos sociais, sociedade civil organizada, etc. O foco, induzido pela hegemonia burguesa e governos petistas (e também por instituições internacionais, como Fundação Ford e Fundação Rockefeller, entre outras), foi na ideologia do gênero, raça e ultimamente homossexualidade, por um lado, e em políticas estatais (“públicas”), que engloba o que foi colocado anteriormente na pergunta, bem como a chamada economia solidária e outros casos, obviamente que a partir de uma concepção pós-estruturalista (mais conhecida como “pós-moderna”) e neoliberal, incluindo o neoindividualismo. Os processos políticos e sociais mais recentes provocaram um crescimento da esquerda não-partidária, tanto na militância política quanto na produção intelectual, apesar de suas ambiguidades, pois não escapam das influências das tendências

hegemônicas (tal como o ecletismo, como ocorre no caso da mistura ou confusão entre anarquismo e pós-estruturalismo, para citar apenas um exemplo). Esse processo tende a se alterar e já vem ocorrendo parcialmente, com o crescimento do foco nos movimentos sociais, lutas sociais e movimento operário. Depois das manifestações de 2013 isso se reforçou e tende a se ampliar mais ainda, principalmente com a possibilidade de retorno e ampliação de protestos, greves e manifestações, que, contudo, depende de um conjunto de determinações, incluindo o desenvolvimento da acumulação de capital no Brasil. Mas é uma tendência forte e que também é reforçada pelos possíveis cortes nos gastos com pesquisa do governo federal, se o desenvolvimento capitalista realmente encontrar maiores dificuldades, o que significa que sua indução de temáticas e abordagens também perderá força.

Café com Sociologia: Parece existir um consenso de que os estudos em torno da temática movimentos sociais tradicionais, sobretudo os movimentos de classes, têm suas principais colaborações interpretativas na vertente marxista. Nos últimos anos temos presenciado algumas mudanças nos movimentos sociais, originando o que se chamou de “Novos Movimentos Sociais”. Nesse contexto, de que forma a teoria marxista pode continuar a colaborar com a interpretação dessa realizada marcada por novas demandas, tais como, a liberdade de expressão, igualdade de gênero, direitos e igualdade para as minorias, meio ambiente, etc.?

Nildo Viana: Essa questão pode ser respondida a partir de dois ângulos distintos. Um é o da capacidade teórico-metodológica e o outro da hegemonia cultural. No plano teórico-metodológico, o marxismo é fundamental para a análise tanto do movimento operário como dos demais movimentos sociais. Contudo, nem sempre se passa da potência ao ato e no caso do estudo dos movimentos sociais os pesquisadores de orientação marxista, incluindo aqueles que dizem ser mas não dominam ou mantêm um vínculo com a essência do mesmo, pouco se dedicaram a esse fenômeno. Muito menos sob a forma marxista, ou seja, partindo de uma perspectiva dialética, crítica-revolucionária. Isso pode se alterar e vem havendo algumas contribuições iniciais nesse sentido. O outro ângulo é o da hegemonia cultural, o que significa que não é o melhor ou o mais adequado que é utilizado e sim o que domina culturalmente. As ideologias pós-estruturalistas predominam nesse caso, gerando equívocos (úteis para os dominantes) na abordagem dos movimentos sociais, realizando a tentativa de afastar a totalidade e isolar os movimentos sociais e suas reivindicações. Esse processo que tem

influência direta nos movimentos sociais, gerando sua despolitização ao fazer o movimento social ficar preso apenas em suas lutas específicas, caindo no microrreformismo e permitindo a política de cooptação pelo estado. A literatura sociológica passou discutir sobre os “novos movimentos sociais” após as lutas sociais dos anos 1960, no qual se destacaram alguns movimentos sociais, como o movimento das mulheres, negro, pacifista, entre outros. Trata-se de movimentos sociais numa determinada fase da história da sociedade moderna, a do capitalismo oligopolista transnacional comandado pelo regime de acumulação conjugado (que alguns chamam de “fordista”). Nesse contexto, o chamado “Estado do Bem Estar Social” e a “sociedade de consumo”, elementos do regime de acumulação conjugado, amorteceram por muito tempo a luta de classes e isso gerou as ideologias da integração da classe operária no capitalismo. O movimento operário realmente se tornou mais moderado e os sindicatos se tornaram aparatos do capital com sua burocratização crescente, perdendo até mesmo a capacidade reivindicativa. Os movimentos sociais acabaram emergindo na cena política e assim ganharam um espaço maior. Contudo, a maior parte deles não tinha nada de novo, pois já existiam há muito tempo (como o chamado “movimento feminista”), sendo que eles sofreram mutações e esta era a novidade. Com a crise do regime de acumulação conjugado, no final dos anos 1960, a hegemonia burguesa ficou abalada e isso explica a radicalização expressa no movimento estudantil, negro, entre outros, bem como o ressurgimento do movimento operário, o que marcou uma nova situação. A terminologia “novos movimentos sociais” é problemática, pois além de não dizer muita coisa, a expressão “novo” não explica qual é a novidade, e acaba reproduzindo ideologias que tentam realizar um processo de deslocar o movimento operário para segundo plano. A maioria dos tais novos movimentos sociais já existiam e os que eram realmente novos não tinham grande ressonância, a não ser o movimento ecológico. Os anos 1970 foram de transição e a partir de 1980, a nova hegemonia neoliberal e pós-estruturalista garantiu uma nova mutação nos movimentos sociais. Após esse período, no contexto do capitalismo caracterizado pelo regime de acumulação integral, temos a emergência de alguns movimentos sociais e alterações em outros. O momento da radicalização foi substituído por um momento de nova hegemonia burguesa. O movimento feminino, por exemplo, passou a estar hegemonicamente submetido à ideologia do gênero, bem como o foco de tais movimentos torna-se a identidade. Nesse sentido, os movimentos sociais identitários acabam reproduzindo a ideologia pós-estruturalista, com forte influência de teses de Foucault e Guattari, entre outros, e acabam produzindo identidades que funcionam como “essências”, tal como bem colocou Jock Young em *A Sociedade Excludente*. O marxismo é ferramenta intelectual indispensável para analisar e explicar a emergência desses

movimentos sociais especificistas, dominados pelo microrreformismo, busca de vantagens competitivas dentro do capitalismo e criadores de imaginários convenientes para realizar suas lutas. Obviamente que além das ideologias pós-estruturalistas e neoliberais, as políticas estatais e das instituições internacionais são fortes geradoras dessa nova hegemonia. Outro elemento que deve ser incluído na análise é a internet e redes sociais que facilitam o processo de comunicação e ampliação de ações coletivas. Tal hegemonia não é absoluta, pois em quase todos os movimentos sociais existem tendências diferentes e vem aumentando as que possuem hegemonia proletária, tal como as tendências do chamado “feminismo classista”. Essa hegemonia proletária tende a superar a hegemonia burguesa com a radicalização das lutas de classes e outras tendências da sociedade atual. A pesquisa sobre movimentos sociais é bastante precária, descritiva, ideológica e é o marxismo que pode ir além no sentido de superar esses limites, reinserindo a questão da totalidade e análise dos movimentos sociais no contexto da sociedade capitalista e sua evolução histórica. Por conseguinte, a compreensão dos movimentos sociais, inclusive os contemporâneos, traz a necessidade de retomada do marxismo.

Café com Sociologia: Com relação as ações coletivas presenciadas em junho de 2013 e durante a copa, quais as diferenças mais acentuadas o senhor destacaria em relação aos movimentos sociais tradicionais?

Nildo Viana: As manifestações de maio e junho do ano passado diferem das práticas cotidianas e comuns dos movimentos sociais em geral. As manifestações de maio foram produtos especialmente de setores do movimento estudantil, que teve um momento de maior radicalidade e ação efetiva, indo além da reprodução burocrática que tomou conta dele graças à burocracia partidária e sua hegemonia e aparelhamento das entidades estudantis. As manifestações de junho, embora tenha tido forte presença estudantil, bem como de indivíduos de outros movimentos sociais, não se constituiu como expressão destes e suas demandas, que apareceram de forma periférica. Claro que isso remete para explicitar o que são movimentos sociais, pois nem toda ação coletiva é, ou expressa, um movimento social. Os movimentos sociais possuem algumas características que não se via em tais manifestações, como o senso de pertencimento a um grupo e demandas específicas dos mesmos. Essas ações coletivas tinham muito mais um caráter de classe do que de movimentos sociais. O que estava em jogo não eram necessidades e reivindicações de grupos e sim demandas sociais mais gerais, como a questão do transporte coletivo, o detonador gerado a partir principalmente do movimento

estudantil, e depois questões como saúde, educação e corrupção. Desta forma, a relação com as formas de luta dos movimentos sociais, tanto as anteriores quanto as novas, reside no caráter generalizado e centrado em reivindicações gerais. Os movimentos sociais sempre fazem reivindicações específicas, ligado aos grupos que são sua base social, e com a emergência do regime de acumulação integral, passou a predominar o especificismo. As manifestações de junho foram além disso e significaram um processo de explicitação de contradições e politização da sociedade, indo além da mera luta localizada e isolada e percebendo, mesmo que parcialmente, a relação dos problemas sociais com a totalidade, através da cobrança do aparato estatal e com reivindicações que atendem a todos e não apenas a grupos isolados. Embora existissem concepções, grupos, reivindicações, distintas, elas mostraram a força da população e de seu poder de pressão, e o enfraquecimento da hegemonia burguesa, total em alguns indivíduos e grupos, e parcial no caso da maioria. Sem dúvida, isso teve repercussões em alguns setores de determinados movimentos sociais, mas a tendência de retorno de novas manifestações e lutas em 2015, passado a copa e eleições, dois momentos que geraram recuo das ações coletivas, apontam para um efeito muito maior, tanto nas classes sociais quanto nos movimentos sociais, com a corrosão crescente da hegemonia burguesa. Quanto à copa do mundo e as ações coletivas nesse momento, já não tinham mais o caráter generalizado e ficaram reduzidas aos grupos mais politizados e radicalizados e setores da população afetados mais diretamente por esse evento esportivo. Além da popularidade do futebol no Brasil, campanha dos meios oligopolistas de comunicação, entre outros elementos, grande parte da população não estava disposta a encampar tal luta e a forte repressão estatal, inclusive de caráter preventivo, acabou diminuindo a força e impacto das ações coletivas nesse caso. Porém, isso já passou, bem como as eleições, e uma vez que o circo já passou e voltamos à dura realidade social, é em 2015 que teremos uma verdadeira continuidade de 2013 e tudo indica que num patamar superior, pois houve um certo aprendizado e politização a partir da experiência anterior, bem como grupos e indivíduos estarão mais preparados para atuar nesse contexto. Este foi um dos limites de todo o processo de junho de 2013, pois o setor da população mais atuante e politizado, que desencadeou as manifestações, pecava por inexperiência e pouco acúmulo teórico, sendo que parte dele se retirou das ruas ou não soube atuar, sendo que seria fundamental usar toda sua capacidade – e inclusive respeitabilidade adquirida nas lutas de maio – para fortalecer a hegemonia proletária e enfraquecer a hegemonia burguesa. Inclusive muitos acreditaram no discurso da esquerda partidária sobre um suposto “fascismo”, pois foram claramente repelidos nas manifestações, pegando casos e grupos que não representavam o conjunto para questionar ações que reforçavam sua perda de

legitimidade. A eterna desconfiança da espontaneidade e o caráter dirigista da esquerda partidária não deverá ter a mesma ressonância com o retorno das lutas no ano que vem, o que significa um avanço no processo de politização e auto-organização da população.

Café com Sociologia: Em que medida essas manifestações coletivas recentes, tais como o Passe Livre, o movimento *Black Bloc*, e o discurso “sem partido” podem impactar no formato da participação social no Brasil?

Nildo Viana: O Movimento Passe Livre é uma forma de luta estudantil que é uma renovação diante do burocratismo que tomou conta do movimento estudantil e, em meio às diferenças regionais e divisões internas, vem contribuindo com o avanço das lutas. Já o *Black Bloc* é mais voltado para lutas autônomas e pode evoluir com o próprio processo de luta para algo mais estruturado e posicionado politicamente. O discurso “sem partido”, por sua vez, é um processo de politização da sociedade, diante da falta de legitimidade das instituições burguesas, e embora possam ter tendências conservadoras no seu interior, que são minoritárias, também tem tendências opostas, e havendo auto-organização da população, expressa uma forma de recusa da burocracia e defesa das lutas autônomas. Na verdade essas manifestações e grupos expressam um processo de fortalecimento de lutas autônomas que unem tanto um processo de politização e elementos de uma hegemonia proletária quanto ambiguidades derivadas de diversas determinações, sendo que uma delas é a própria hegemonia burguesa que acaba influenciando os seus próprios opositores. Essas lutas autônomas expressam, também, a crise de legitimidade do Estado capitalista, democracia representativa e partidos políticos e, nesse sentido, o seu impacto tende a ser de fortalecer a autonomização da população em geral. Claro que isso é uma tendência e não algo inevitável, vai depender de diversas determinações. Contudo, há a possibilidade real de avanço dos indivíduos e grupos envolvidos nesse processo, e isso ocorrendo, tende a promover um impacto ainda maior na população e nas lutas sociais em geral. A generalização das lutas autônomas, que significam lutas não dirigidas por partidos e outras organizações burocráticas, é um passo fundamental para a transformação social e emancipação humana, elemento que pode anteceder e preparar lutas autogestionárias, ou seja, que não apenas estão livres de direções burocráticas, mas que colocam a consciência do objetivo da autogestão coletiva generalizada. Essa passagem de lutas autônomas para lutas autogeridas é mais difícil, mas é uma tendência entre outras. As tendências existentes na sociedade podem ser contrabalançadas por outras tendências ou contratendências, mas o futuro não está definido,

pois é são nossas ações hoje que reforçam uma ou outra tendência. Ernst Bloch foi feliz ao afirmar que o marxismo é uma teoria das tendências. Em síntese, na melhor das hipóteses, o impacto desse processo aliado com as alterações e avanço que tendem a ocorrer, pode provocar uma autonomização da população que, por sua vez, poderá, pela primeira vez na história do Brasil, promover lutas autogeridas em grande escala e possibilitando uma transformação radical do conjunto das relações sociais. Na pior das hipóteses, esse processo não conseguirá avançar devido aos limites dos agentes sociais existentes e teremos uma situação de avanço das lutas, com força para a espontaneidade e autonomização de grupos e setores da sociedade, mas sem gerar um processo mais radical com peso para se colocar a transformação social na ordem do dia.

Café com Sociologia: A impressão que temos é que movimentos sociais tradicionais, tais como o Movimento Sem Terra e o Movimento Operário têm reduzido, nos últimos anos, sua atuação de confronto com o Estado. Isso de fato aconteceu e se aconteceu, por quê? Há alguma ligação ao fato do Partido dos Trabalhadores (PT) estar no poder?

Nildo Viana: O movimento operário no Brasil vem se manifestando mais em lutas esporádicas e localizadas, sendo que o número de greves vem aumentando nos últimos anos. O ciclo de greves teve, segundo algumas pesquisas, um momento de auge de 1978 até 1997 e um período de diminuição de 1998 a 2007, sendo que a partir desse ano começa a aumentar e 2012 teve o maior número de greves dos últimos 16 anos. Claro que não é apenas o movimento operário que realiza greves, mas é uma parte considerável, tal como as greves dos metalúrgicos que foi um dos mais significativos no bojo desse processo. O movimento grevista tende a crescer e, caso se concretize a tendência de dificuldades crescentes na acumulação capitalista em 2015, ele deve superar e em muito o que ocorreu em 2012. O período de diminuição das lutas operárias tem a ver com a estabilização financeira iniciada no Governo FHC e mantida pelos primeiros governos petistas. Quanto aos demais movimentos sociais, houve um recuo das tendências revolucionárias e radicais e hegemonia burguesa no seu interior, o que tem relação direta com o PT ter se tornado governo e ter efetivado sua influência nos setores dos movimentos sociais que ele já dominava e ter realizado uma ampla política de cooptação e assim atrelou uma parte significativa de diversos movimentos sociais ao Estado. Eu diria que no caso do MST isso é algo evidente. O MST é hegemonizado pelo PT e este ter chegado ao governo provocou o seu estado de coma. Essas políticas de cooptação são bastante eficazes, pois não somente absorvem pessoas influentes nos

movimentos sociais, independente de concepção política (somente as posições mais radicais e revolucionárias são excluídas, mas as conservadoras não) em troca de espaços institucionais e benefícios, como reforça ideologias (já identificadas anteriormente) e adesões ao governo que, com o apoio das políticas sociais setoriais, acabam gerando uma forte influência em diversos grupos e setores da sociedade. No caso do movimento operário, isso sempre foi tentado, mas nunca surtiu grande efeito, pois além de se tratar de uma classe social, ainda há a situação e relação do proletariado com a classe capitalista e por isso há limites para qualquer processo de cooptação, sendo mais das burocracias que dizem representar os trabalhadores e nesse sentido foi exemplar o papel da CUT, MST, União Nacional dos Estudantes (UNE), aparelhados pelos partidos da aliança governista, bem como diversos sindicatos, no sentido de evitar greves e confrontos. Porém, a situação começou a mudar, tanto pelo processo de retraimento do desenvolvimento do capital e ameaça à estabilidade financeira, quanto pelo limite máximo atingido pelas políticas de cooptação e contradições com outros interesses e grupos, gerando reações contrárias e uma autolimitação nessas práticas. Desta forma, é possível dizer que houve um recuo do movimento operário e outros setores da sociedade, mas que vem sendo, paulatinamente, retomado e com mais força nos últimos anos e, como já coloquei, com tendência a retornar com mais força em 2015. O fato do PT estar no governo significou, devido sua influência antes de chegar ao poder e suas políticas de cooptação, um retrocesso para os movimentos sociais no Brasil, mas que tende a se encerrar e promover uma retomada das lutas sociais amplas abrindo um novo ciclo de lutas.

Café com Sociologia: De que forma o senhor avalia a atuação do Estado, sobretudo da Polícia Militar brasileira em relação as recentes manifestações?

Nildo Viana: O Estado capitalista, seja sob o governo do mais “revolucionário” ou “radical” dos partidos, é o que Engels chamou “capitalista coletivo ideal” e tem um papel a cumprir, sendo que um dos elementos fundamentais de sua ação é a política de repressão. Os aparatos repressivos do Estado existem para isso. Sempre que a hegemonia é questionada e a população, ou setores dela, entram em ação, através de greves, protestos, etc., os aparatos repressivos agem. O Estado neoliberal é um estado que busca ser “forte”, mais repressivo do que outras formas assumidas pelo Estado capitalista. A razão disso está em que o neoliberalismo emerge para possibilitar a retomada da acumulação capitalista, criando as condições necessárias para o aumento da exploração do proletariado e trabalhadores em geral através da reestruturação produtiva e renovação do imperialismo. Nesse contexto, o Estado

Neoliberal atua no sentido de regularizar as novas relações de trabalho e mudanças no processo produtivo, corroendo os direitos trabalhistas, criando as condições para o predomínio do “livre mercado”, diminuição das políticas estatais de assistência social, entre outros aspectos que faz com que haja aumento da pobreza, violência, criminalidade, protestos, etc., e isso o faz agir e ser “forte”, ou seja, mais repressivo do que a forma estatal anterior (dito do “bem estar social” ou semelhantes). É por isso que o sociólogo Wacquant o chamou de “Estado Penal”. Isso é no processo de constituição e consolidação do neoliberalismo, mas com o processo de desgaste do regime de acumulação integral, então ele tende a se tornar ainda mais repressivo. No caso europeu isso ficou evidente. O Estado neoliberal em seu período de declínio tende a um processo de repressão intensiva e no caso brasileiro isso não é diferente. As manifestações foram apenas uma primeira forma de protesto da população. Sem dúvida, as manifestações de maio de 2013, foram duramente reprimidas, tal como nos casos de Goiânia e São Paulo. Isso foi o estopim para desencadear as manifestações de junho. A razão da repressão policial intensa é o que estava em jogo. Não apenas 20 centavos, pois os trabalhadores tinham que gastar uma parte considerável do seu salário com transporte e esse aumento seria sentido em média em quatro passagens diárias, no mínimo cinco dias por semana, quatro semanas por mês, isso só contado a locomoção para trabalho. Para o Estado e empresas capitalistas do transporte que visam lucro, também não era pouco, afinal, se para um trabalhador seria no mínimo 16 reais a mais por mês, para milhões de trabalhadores e outros que usam diariamente o transporte coletivo, seria milhões de reais. Nesse processo, então a repressão, obviamente, seria forte e se reproduziu em junho, apesar de ter ficado mais focalizada nas tendências mais radicais. Os meios oligopolistas de comunicação também contribuíram para legitimar tal repressão focalizada ao reproduzir o discurso do “vandalismo”. O medo dos governos, inclusive o federal, era que as tendências radicais contagiassem a maioria dos manifestantes, tendo hegemonia nas mesmas e por isso foi preciso criar uma separação, discursos e repressão focalizada. A polícia militar fez o que o comando ordenou, tão-somente isso. Foram os governantes que comandaram a ação da PM e não só dela, de todos que cometeram atos repressivos. A repressão foi desproporcional ao nível da ameaça e a formação e característica da polícia militar explica isso parcialmente. Mas o comando é do governo federal e dos demais governos e a repressão preventiva antes da copa do mundo mostra exatamente isso: evitar qualquer proliferação de protestos e manifestações que manchassem a imagem do país do futebol. Isso gera uma nova reivindicação popular que é o fim da polícia militar, o que não significa a abolição da repressão, mas que minimiza alguns aspectos da violência policial.

Café com Sociologia: Para finalizar nossa entrevista, o senhor é otimista em relação ao aprofundamento do controle social na gestão pública e no êxito dos movimentos sociais em relação a suas demandas?

Nildo Viana: A resposta direta seria que isso depende das lutas sociais, mas que a primeira possibilidade é muito remota e a segunda vai depender de diversas questões. O controle social do aparato estatal é algo quase impossível, pois o Estado é um amplo aparato parasita, burocrático e autonomizado que expressa os interesses do capital e não da população. Esta pode e deve pressionar, através das mais variadas formas, entre as quais manifestações, protestos, greves, desenvolvimento de auto-organização, pois somente assim poderá impedir que as coisas piores cada vez mais. Isso, no entanto, não significa exatamente um controle sobre o Estado, mas sim uma capacidade de fazê-lo recuar e atender algumas necessidades da população e não realizar determinadas ações. O êxito dos movimentos sociais em relação às suas demandas tende, num primeiro momento, a recuar. Caso se concretize a previsão de problemas na acumulação capitalista, o Estado deve assumir ainda mais os cortes com gastos sociais e terá não só que não atender as demandas existentes como retirar o que já tinha concedido. Isso, é óbvio, que não havendo problemas sérios no desenvolvimento do capital no país, pois nesse caso a situação tende a ficar pior e se repetir aqui o que foi feito nos países europeus em condições precárias: políticas de austeridade. Isso num primeiro momento, mas as lutas sociais e todo processo de resistência popular, incluindo a ação dos movimentos sociais, pode, nesse contexto, minimizar o impacto e conseguir atendimento de algumas reivindicações. Se no plano econômico não houver problemas, então a possibilidade disso é maior, desde que haja lutas e mobilizações. Não podemos prever o futuro, mas apenas trabalhar com as possíveis tendências tendo em vista a situação atual. Por conseguinte, o que posso dizer é que a tendência mais forte é de que os obstáculos para o desenvolvimento capitalista acabe gerando uma maior mobilização e radicalização da população e dos movimentos sociais em geral, bem como do movimento operário, que pode impedir maiores perdas e gerar processos que apontam para a transformação social, tal como coloquei anteriormente.

Café com Sociologia: Agradecemos pela entrevista que entendemos colaborar significativamente para pensarmos as questões aqui abordadas.